



| Bolsas | | Pontuação B3 | | Dólar | | Salário mínimo | Euro | CDI | CDB | Inflação |
|-----------------|-----------|---------------------------|---------|-----------------|--|----------------|----------------------------------|--------|----------------------------|---------------------|
| Na quinta-feira | | IBovespa nos últimos dias | | Na quinta-feira | | Últimos | Comercial, venda na quinta-feira | Ao ano | Prefixado 30 dias (ao ano) | IPCA do IBGE (em %) |
| 2,2% | 0,63% | 164.849 | 175.589 | R\$ 5,284 | | R\$ 1.621 | R\$ 6,206 | 14,90% | 14,87% | |
| São Paulo | Nova York | 19/1 | 20/1 | (- 0,68%) | | 16/janeiro | | | | Agosto/2025 |
| | | | 21/1 | | | 19/janeiro | | | | Setembro/2025 |
| | | | 22/1 | | | 20/janeiro | | | | Outubro/2025 |
| | | | | | | 21/janeiro | | | | Novembro/2025 |
| | | | | | | | | | | Dezembro/2025 |

UE-MERCOSUL

Articulações para a ratificação do pacto

Autoridades e parlamentares já se mobilizam para acelerar processo de aprovação do acordo comercial no Congresso

» ALÍCIA BERNARDES

Governo federal e congressistas iniciaram as articulações para acelerar a ratificação do acordo de livre-comércio entre a União Europeia e o Mercosul, formalizado no sábado, em Assunção, no Paraguai. O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, afirmou, ontem, que o Brasil seguirá com o processo interno de internalização do tratado, mesmo diante dos entraves enfrentados pelo bloco europeu com a judicialização aprovada no Parlamento Europeu.

Segundo Alckmin, a decisão dos eurodeputados de submeter o texto do tratado bilateral ao Tribunal de Justiça da UE não interrompe a estratégia brasileira, que aposta na possibilidade de aplicação provisória do acordo. A declaração foi dada, ontem, após reunião com o senador Nelsinho Trad (PSD-MS), presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado Federal.

“Houve um percalço, mas vamos superá-lo”, disse Alckmin, referindo-se à decisão do Parlamento Europeu. Por 334 votos favoráveis, 324 contrários e 11 abstenções, os eurodeputados aprovaram a proposta de pedir ao Tribunal de Justiça da União Europeia um parecer jurídico sobre a legalidade do acordo.

De acordo com o vice-presidente, o governo pretende encaminhar o acordo ao Congresso Nacional o quanto antes. “O Brasil não vai parar o processo. Vamos encaminhar ao Congresso a proposta de adesão e de internalização do acordo”, afirmou.

Na prática, a iniciativa do Parlamento Europeu paralisa o processo de implementação do acordo, que, para entrar em vigor, ainda precisa ser aprovado pelos parlamentos dos 32 países envolvidos: 27 europeus e cinco sul-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai). Segundo Alckmin, algumas lideranças políticas europeias favoráveis à implementação

Andressa Anholette/Agência Senad



Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) reuniu-se, ontem, com a embaixadora da UE no Brasil, Marian Schuegraf, e, na sequência, esteve com Geraldo Alckmin



Houve um percalço, mas vamos superá-lo”

Geraldo Alckmin, vice-presidente e titular do Mdic

do acordo, como o chanceler alemão Friedrich Merz, defendem que os termos do acordo sejam aprovados e gradualmente implementados, em caráter provisório, enquanto o tribunal não dá sua palavra final sobre a iniciativa.

A análise da Corte europeia busca verificar se o texto está em

conformidade com as normas jurídicas da UE. Em média, o Tribunal de Justiça da União Europeia costuma demorar cerca de dois anos para emitir um parecer. Enquanto isso, a Comissão Europeia, braço executivo da UE, avalia a possibilidade de aplicação provisória do acordo, mecanismo que permite a implementação parcial do tratado antes da ratificação por todos os países do bloco.

Para Alckmin, o avanço rápido do processo no Brasil pode contribuir para essa decisão. “Quanto mais rápido agirmos, melhor. Isso pode ajudar a Comissão Europeia a decidir por uma vigência provisória enquanto a discussão ocorre no âmbito judicial”, disse o vice-presidente.

Do lado do Congresso, o

senador Nelsinho Trad garantiu empenho para acelerar a tramitação para a ratificação do acordo. Segundo ele, há disposição política nas duas Casas para tratar o tema como prioridade.

“O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), já declarou que pretende colocar o acordo como item prioritário na próxima reunião de líderes. As conversas com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), seguem no mesmo sentido”, assegurou o parlamentar.

Mais cedo, Nelsinho Trad reuniu-se com a embaixadora da União Europeia no Brasil, Marian Schuegraf, no Senado. O parlamentar minimizou os obstáculos enfrentados na Europa e destacou

que divergências são naturais em negociações multilaterais. “Dentro de um colegiado, a divergência é dinâmica e habitual. Esses contratempos precisam ser equacionados, mas não impedem que cada parte siga com a tramitação da forma mais célere possível”, disse.

A embaixadora avaliou que o acordo alcançou o estágio mais avançado desde o início das negociações e destacou seu potencial estratégico. “Tenho certeza de que esse acordo será um divisor de águas. É um ganha-ganha, que expressa nossa convicção conjunta de que a cooperação internacional e o multilateralismo são o melhor caminho”, afirmou a diplomata.

“Apreensão”

Pouco após Alckmin se reunir com o senador Nelsinho Trad, o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Jorge Viana, também comentou o impasse decorrente da decisão do Parlamento Europeu. Segundo Viana, a eventual paralisação do processo, após 26 anos de negociações, gera “certa apreensão”, embora as autoridades brasileiras mantenham o otimismo.

“Entendemos que este é um bom acordo para os dois lados, mas que enfrenta muita resistência porque há, na Europa, um lobby muito grande contra os produtos brasileiros. Respeitamos as diferenças, mas fizemos nosso dever de casa e, agora, falta o Parlamento Europeu fazer o dele”, comentou Viana. Ele informou que a Apex planeja encabeçar uma ação para promover a imagem do Brasil na UE e, assim, tentar convencer a opinião pública europeia de que o acordo trará benefícios à população dos dois blocos de integração regional. “O que há, de fato, é uma disputa de narrativa. E, por isso, vamos trabalhar a imagem do Brasil [...] Disputar a opinião pública e o parlamento na Europa”, disse Viana. Ele assegurou que já conversou com Alcolumbre, que lhe garantiu que a análise do acordo será uma prioridade para o Parlamento.

Conforme estimativas da Apex Brasil, a implementação do acordo de livre-comércio entre Mercosul e União Europeia pode incrementar as exportações brasileiras em cerca de US\$ 7 bilhões, promovendo a diversificação das vendas internacionais brasileiras. Entre os principais setores beneficiados estão os de máquinas e equipamentos de transporte, motores e geradores de energia elétrica, autopeças, como motores de pistão, e aeronaves, beneficiados com redução imediata de tarifa. Também são apontadas oportunidades para produtos como couro e peles, pedras de cantaria, facas e lâminas e itens da indústria química. (Com Agência Brasil)

RECEITA FEDERAL

Arrecadação bate novo recorde em 2025

» PEDRO JOSÉ*

A arrecadação do governo federal em 2025 somou R\$ 2,88 trilhões, o maior volume da série histórica iniciada em 1995, conforme dados da Receita Federal divulgados ontem. O dado, segundo o Fisco, cresceu 3,65% acima da inflação.

Segundo a Receita, o resultado recorde foi influenciado por medidas arrecadatórias adotadas ao longo da atual gestão e pelo bom desempenho da atividade econômica, que manteve crescimento mesmo em um contexto de política monetária restritiva conduzida pelo Banco Central para o controle da inflação.

Em dezembro, a arrecadação federal somou R\$ 292,72 bilhões, acima da mediana das estimativas do mercado, de R\$ 290,10 bilhões.

O resultado representa aumento real de 7,46% (descontada a inflação) em relação ao mesmo mês de 2024. Segundo a Receita, este é o maior valor de arrecadação para um mês de dezembro desde o ano 2000, já considerando os ajustes inflacionários. Em novembro, o recolhimento de tributos somou R\$ 226,75 bilhões.

“São números bonitos, um crescimento importante, considerando o patamar alto do ano anterior [2024]”, afirmou o secretário especial da Receita, Robinson Barreirinhas, ontem, aos jornalistas, durante a apresentação dos dados de 2025.

Na avaliação de Fernando Agra, doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), o forte aumento da arrecadação federal ocorre em um

contexto de defasagem da tabela do Imposto de Renda de 157%. “Desde que me entendo como economista, ou mesmo como pessoa, se fala em reforma tributária, mas não aconteceu como deveria, no sentido de reduzir a carga e tornar a cobrança mais saudável para pessoas físicas e empresas”, disse.

O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos do trabalho teve um aumento de 5,75%, totalizando R\$ 235,39 bilhões. Esse crescimento é resultado da elevação nos rendimentos do trabalho assalariado de 5,86% e das aposentadorias com 8,50%. O IRRF incidente sobre rendimentos de capital, por sua vez, cresceu 6,42%, atingindo R\$ 162,59 bilhões, impulsionado principalmente pelo aumento de 23,67% na arrecadação com aplicações de renda fixa.

A regulamentação das casas de apostas no Brasil, por sua vez, completou um ano em janeiro, período no qual o setor registrou uma receita bruta de R\$ 37 bilhões em 2025. Além disso, foram arrecadados R\$ 2,5 bilhões em outorgas de autorização e R\$ 95,5 milhões em taxas de fiscalização, pagos pelas bets no último ano. Conforme dados da Receita, esse montante resultou em uma arrecadação total de quase R\$ 10 bilhões no ano passado.

No entanto, estudo da LCA Consultores, com apoio do IBJR (Instituto Brasileiro de Jogo Responsável), estima que o Brasil ainda perde quase R\$ 40 milhões anualmente por falhas no combate ao mercado ilegal de apostas.

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

Diogo Zacarias



Para secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, números são “bonitos”